REUNIÃO TÉCNICA A FIM DE DISCORRER SOBRE OS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, O *RISCO BRASIL* E AS PERSPECTIVAS DO PAÍS PARA ATINGIR O GRAU DE INVESTIMENTO, EM CONFORMIDADE À DELIBERAÇÃO DESTA COMISSÃO E 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 32 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos agradecendo a presença de todos, e hoje nós vamos ter uma experiência nova no Senado Federal, que é uma Reunião Técnica com uma Agência de Risco. A STANDARD & POOR´S é a maior Agência de Risco Internacional, é tida como a agência mais conservadora do mercado. E nós temos feito nas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, reuniões técnicas sempre com o objetivo de esclarecer os Senadores sobre temas de interesse econômico desta Comissão. Tivemos já audiência com o Secretário de Tesouro Nacional, com o Presidente do BNDES; tivemos audiência com o Presidente do IBGE sobre a mudança de metodologia de cálculo do PIB; teremos agora, proximamente, com a Receita Federal do Brasil. E essas audiências sempre ajudam a esclarecer, a formar opinião, a ter uma análise dos dados, para que a gente possa ir criando uma convergência em termos da análise macroeconômica do País, que ajuda depois na deliberação de matérias relevantes. Eu queria agradecer a Lisa, a Milena e a Regina Nunes que são todas da Diretoria da STANDARD & POOR´S pela presença. Nós tivemos uma reunião há uma semana atrás, um pouco antes dessa melhora da classificação do Brasil pela STANDARD & POOR´S; mas eu queria registrar que nos últimos sete anos a agência que menos errou com o Brasil foi a STANDARD & POOR´S. Menos errou para baixo, na crise de 99 e 2002, e que mais próximo está do reconhecimento do grau de investimento do Brasil nesse momento. Acho que o País mostrou uma evolução muito consistente nas contas externas, na melhora da relação dívida/PIB, no controle da inflação, num crescimento já consistente e sustentável da economia. Acho que o próprio mercado financeiro internacional reconhece isso, o risco país, o volume de crédito. Nós estamos colocando títulos em moeda nacional com taxa de juros de um dígito; estamos colocando internamente títulos do Tesouro Nacional pré-fixado com taxa de juros de um dígito, e isso nunca aconteceu na história documentada do Brasil. Temos reservas cambiais de mais de $130

bilhões de dólares. Evidente que temos imensos desafios, a taxa de câmbio é um deles. A nossa taxa de juros ainda é uma taxa elevada, mas é muito importante o reconhecimento dessa evolução positiva do Brasil. Nós estamos hoje com a melhor classificação que o Brasil já teve em toda sua história em relação às agências de risco. Todas. Melhor classificação. Acho ainda muito conservadora, apesar de ter melhorado muito, muito conservadora a classificação. Não tem porque o Brasil não ser reconhecido como grau de investimento, mas nós vamos ouvir hoje todas as explicações, a fundamentação, e eu queria agradecer. Nós vamos ter uma apresentação inicial sobre a questão da classificação de risco e depois uma análise específica sobre o Brasil e uma análise comparativa do Brasil com outras economias. Queria agradecer todo o trabalho que foi feito, e eu não sei quem fala... A Regina é brasileira e a Lisa é uma brasileira que vive muito tempo em Nova Iorque, vocês vão sentir que ela tem lá no fundo um pequeno sotaque americano. Eu estou brincando porque ela está estudando português direto. O Brasil melhorou tanto na classificação que até ela está tendo que aprender português. E está com o português já preparado para a apresentação, que é uma contribuição muito importante para nós. Que você esteja podendo apresentar já na nossa língua, acho que é uma deferência interessante e culturalmente também. Ela está se empenhando muito no aprendizado da língua e vai fazer a apresentação em português. Então, antes de nós iniciarmos a apresentação, quero agradecer a vocês, já antecipadamente, em nome do Senado Federal, e passo a palavra à Regina Nunes, que é Presidente da STANDARD & POOR´S no Brasil.

SRA. REGINA NUNES: Bom, muito obrigada, Senador. Muito bom dia a todos. É um imenso prazer para a STANDARD & POOR´S ser recebida por essa Casa, a convite do Senador Aloizio Mercadante e dessa Comissão. É muito importante para a STANDARD & POOR´S falar sobre o seu trabalho e explicar com transparência mais do que absoluta seus critérios e metodologias. Porque o nosso trabalho é um trabalho de opinião; mas como ele é construído, é uma opinião estudada, é uma opinião educada. E ela é sempre educada através de um critério e de uma metodologia. Portanto, muitas vezes a consistência é o mais importante de tudo, e não se concordar com uma opinião. A gente faz até uma brincadeira, sei que nós estamos numa Casa séria, então é uma brincadeira séria: é como a lei. A lei é justa a partir do momento que é aplicada igualmente a todos, o critério é justo a partir do momento que é aplicado com consistência a todos. Se o critério não é o mais correto, leve-se à nossa casa de avaliação, que é o nosso comitê mais sênior de critério, mais superior de critério, e peça-se para mudar este critério, esta metodologia, esta visão, e passe novamente a aplicar igualmente a todos os países, empresas, Estados, Municípios, universidades, bancos que avaliamos. Portanto, é muito importante que se entenda que essa opinião, ela é construída em cima de um critério e metodologia, é construída com quem é avaliado, mas o nosso cliente é

o investidor. É o investidor que quer ver este resultado desta avaliação para poder fazer a sua decisão de investimento. E uma coisa que é muito importante ser dita aqui, é que um *rating* é uma opinião sobre risco de crédito, mas não é uma opinião de onde se deve ou não investir. O investimento quem decide é o investidor com o seu comitê de crédito, que pode discordar ou concordar com a opinião. Por quê é que a STANDARD & POOR'S é a maior agência do mundo? Tem 140 anos de história, foi fundada em 1860 e está no mundo com o poder que o investidor lhe dá. Por que o que a STANDARD & POOR´S faz com consistência é dar uma opinião para que ele balize a sua opinião de investimento. Nós nunca fomos vinculados a nenhum tipo de Governo, de Estado, de País, de Banco, de empresas, nós somos um grupo de avaliação de risco, opinião de *rating* e opinião financeira voltadas para o investidor. E o investidor a usa porque quer; ninguém o obriga a usar. Portanto o que nos dá o direito de ter a nossa opinião é exatamente o investidor querer vê-la. Obviamente que se você há 140 anos faz um trabalho de opinião independente para o mercado financeiro, o mercado financeiro vê o valor que ela tem. A única coisa que você não pode é errar. E errar para nós é não ter consistência na aplicação dos nossos critérios, e não as pessoas concordarem ou discordarem da nossa opinião. Porque o investidor tem o comitê dele para decidir. Quero dizer novamente que é um imenso prazer. Nosso objetivo é tentar deixar o mais claro possível a nossa opinião e como ela é construída, para essa Casa, e, certamente, ter transparência no que nós fazemos é o mais importante, ou então ninguém nos procuraria. Vou passar a palavra para a Lisa, que vai fazer a apresentação inteira, para depois ouvirmos as perguntas de V.Exªs. e de todos os presentes. Gostaria também de apresentar as pessoas. Eu represento a STANDARD & POOR´S no Brasil, desde 1998 nós estamos como empresa dentro do Brasil. A STANDARD & POOR'S tem hoje 22 países onde ela trabalha, mas tem o *rating* de 116 países. Ou seja, só temos agências locais nos países onde acreditamos que o mercado de capitais terá uma necessidade de uma opinião mais aprofundada. A Lisa é uma pessoa que trabalha no nosso risco soberano, é Diretora da Empresa. Ela está trabalhando com o Brasil há sete anos, oito anos... Desde 1998. Há nove anos, portanto, ela analisa o Brasil. Ela é o principal analista para o Brasil. O segundo analista normalmente pode mudar, mas ela é o principal analista do Brasil. Ela trabalha nos grupos soberanos que se localizam hoje em Nova Iorque, Londres e Singapura. Nós não temos analistas de risco soberano morando em outros países, apesar dos comitês serem globais. A Milena é a Diretora Líder do nosso grupo de analistas na área industrial e na área de bancos dentro do Brasil. Trabalha comigo desde o ano 2000 e desenvolve os *ratings* específicos de crédito no Brasil. É importante dizer que nenhum dos nossos comitês é feito só no Brasil ou só em Nova Iorque ou só em Londres ou só em qualquer lugar. Mesmo os *ratings* de bancos, empresas e universidades que possamos fazer no Brasil, são *ratings* que no mínimo envolvem analistas da América Latina, analistas de Nova Iorque, inúmeras vezes analistas de países

europeus, porque são entidades vinculadas a algum tipo de produtividade ou são afiliadas de empresas européias ou americanas. E muitas vezes pessoas da Ásia, porque certamente existem produtos e paralelos que têm que ser feitos. Portanto, não existe um comitê dentro da STANDARD & POOR´S que é feito com duas, três, quatro, cinco pessoas de dentro do Brasil. Sempre vai ter um comitê que a gente chama de global. Lisa, por favor.

SRA. LISA SCHINELLER: Muito obrigada Regina, muito obrigada Sr. Mercadante, é um prazer. Vou falar em português, mas sem dúvida com erros. Antes de começar, mil desculpas para meus erros. Vou falar o que são os *ratings*; a diferença entre risco país, risco soberano; vou falar sobre os *ratings* soberanos do Brasil, as mudanças na semana passada; e sobre também nossa metodologia. E quando eu falo sobre a nossa metodologia, vou fazer algumas comparações com outros países, outros *ratings* soberanos no *investment grade*, outros *breeks*(F) e outros países na categoria *triple B*. Vou explicar o que é tudo isso. Tem minha apresentação aqui na frente. Como a Regina disse, o que são os *ratings* soberanos? Uma coisa muito específica: Nossa avaliação sobre a capacidade é a disposição de um Governo soberano para honrar completamente, completa e pontualmente, o serviço da sua dívida. Ponto. Pagar dívida, nada mais. Não é uma probabilidade. Olhamos para o médio prazo, não só um ano, mas vários anos, ao longo do ciclo político, ciclo de crescimento, ciclo de preços *commodities*, tudo isso, ciclo de taxa de juros. É importante enfatizar esse ponto. Como disse Regina, os *ratings* não são uma recomendação, uma probabilidade sobre volatilidade de um preço, de um título, e não fazemos conselhos. Temos escalas e temos uma escala global e temos uma escala nacional. Temos *ratings* em moeda estrangeira e moeda local. E Brasil é um dos países que tem escala nacional. Quando olha um *rating* na escala nacional não pode comparar essa avaliação com uma empresa, um banco dentro de outro País. Temos aqui mais de cem *ratings* para empresas e bancos. Mais ou menos 30 são escala nacional e mais de 60 *ratings* globais. *Ratings* globais são comparáveis com *ratings* em Inglaterra, em Singapura, em África, tudo isso. A escala. Temos uma sopa de letras. O nível de *rating* que significa o menor nível de risco é *triple* A. E temos vários *ratings* até SD e D, que é *default* na realidade. O *cut off*, o corte para grau de investimento é *rating triple* B menos. Maior de *triple* B menos, *investment grade*, grau de investimento menor, que significa um maior nível de risco em geral, grau especulativo. Temos *ratings* soberanos em mais de cem países, temos 24 *ratings* soberanos na América Latina e também no Caribe. E outra vez esse tipo de... Todos esses *ratings* são relativos. Nossa avaliação creditícia relativa com todos os *ratings* globais. Vou falar um minutinho sobre a diferença entre risco país e risco soberano. Muitas vezes esses termos são confundidos. Acho que é importante notar a diferença aqui. Outra vez, risco soberano: pagamento dívida do Governo. Mas, sem dúvida, as políticas do Governo são muito importantes para o clima de

investimento, o clima do ambiente do setor privado. Este ambiente, na realidade, é a idéia de risco país. Às vezes o risco país... Desculpa, acho que muitas vezes, o risco país é similar, parecido, a risco soberano. Sem dúvida os políticos do Governo que têm impacto sobre risco soberano tem impacto sobre risco país; existe uma vinculação. Mas para o Brasil achamos que o risco país é parecido, pode ser um pouco melhor do risco soberano. Mas, por exemplo, no caso de Rússia, no caso de Venezuela, apesar da situação do Governo mesmo, muitas reservas internacionais, um menor... Como implicações para dívida líquida externa do setor público privado, um baixo nível de dívida PIB. O clima é mais difícil para o setor privado. Nesses dois países, por exemplo, o risco país é maior do que no risco soberano. O ambiente aqui no Brasil mais parecido e podemos ter...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, eu sei que as perguntas serão feitas depois, mas ela está baseando a exposição muito na diferença do risco país para o risco soberano. E me permita, eu não estou conseguindo entender. Eu peço desculpas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que foi procedente. A idéia dessa reunião é exatamente o esclarecimento técnico, esse é o objetivo. Acho que seria prudente se fizesse uma explicação um pouco mais detalhada sobre risco país e risco soberano, aprofundar mais, para ficar nítida qual é a distinção entre os dois conceitos.

SRA. REGINA NUNES: Exatamente. E nosso objetivo, Senador Garibaldi, muito obrigada pela interferência se não estava claro, é exatamente isso. Porque muitas vezes nós conversamos e achamos que estamos sendo extremamente claros, mas só nós mesmos que entendemos que somos técnicos nisso. Isso deve acontecer com V.Exª. algumas vezes e o nosso objetivo é esse. O que nós falamos que é risco país e risco soberano? Na verdade risco soberano é o risco do Governo Central, e nós chamamos de Central e não de Federal, de honrar as suas dívidas a tempo e a hora de acordo com seus contratos. Por que Central? Porque existe uma série de dívidas dentro do Brasil ou de qualquer País que o Governo Federal pode assumir em lugar ou de Municípios, ou de Estados, ou de empresas que lhe pertencem ou que pertencem aos seus Estados e Municípios.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. REGINA NUNES: É. Toda vez que ele avaliza alguma coisa ou está agindo direta ou indiretamente, até mesmo através da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob alguma entidade, ou Estado ou Municípios, esta dívida é como se fosse somada à capacidade de pagamento ao Governo Federal, que nós chamamos de Central por isso, com a sua arrecadação, de fazer o pagamento. Vira uma responsabilidade dele. E as outras dívidas que não são responsabilidade dele, claro, são

avaliadas por seus Estados e Municípios, e nós sabemos, por experiência não só no Brasil como em outros países, que um Governo Federal não é obrigado a honrar por um Estado ou Município todas as suas dívidas. Vou dar um exemplo: o Estado da Califórnia algumas vezes teve problema de pagamento, o Estado de Nova Iorque, há muitos anos atrás, mas teve problemas de pagamento. E o Governo dos Estados Unidos não pagou por isso. Então o Governo que nós chamamos de soberano, nós chamamos de soberano por quê? Porque nós falamos não é de uma classificação de risco, nós falamos de uma coisa que chama *rating*. O *rating* é um tipo de classificação de risco. E o *rating* soberano é o tipo de classificação que mede o Governo Central com a sua capacidade de pagamento para todas as dívidas que ele se responsabiliza a tempo, a hora e de acordo com os contratos. Muitas vezes uma moratória jurídica não é esperada para que a gente entenda que um País esteja em moratória, ou uma empresa. É simplesmente se alguém levantar e disser: "Eu não quero pagar uma dívida". Nós julgamos que não quer então não vai pagar. Isso já aconteceu em alguns países, nunca com o Brasil. Se houve uma moratória, ela foi jurídica. O que é o risco país? O risco país na verdade é: todas as entidades que estão dentro de um País com o risco que vem direta ou indiretamente mais forte, ou menos forte o indireto, para aquele segmento de operação. E aí esse é um pedaço da avaliação de cada empresa, de cada entidade, de cada Banco que está dentro desse País, que não necessariamente pode ser o mesmo que o risco soberano; e não necessariamente pode ser diferente. Dependendo dos países isso é mais colado ou menos. No caso do Brasil, de alguns anos para cá, exatamente por uma melhora que é substancial, como já foi comentada pelo Senador, que o Brasil entrou num ciclo diferenciado e de se privilegiar determinados pontos para a economia privada. E muito se deve a essa Casa, e a Casa da Câmara também, porque vocês aprovaram uma série de regras, V.Exªs. sempre estiveram em função de uma série de regras, que fizeram com que operar dentro do Brasil institucionalmente talvez fosse mais seguro do que em outros países e dependendo do segmento muito mais ainda. Então, os riscos indiretos ficam menos fortes. Riscos diretos e indiretos, tentando exemplificar para o Senhor. Por exemplo: bancos têm uma regulamentação do Banco Central; mas o que faz com que os bancos estejam mais vinculados ao risco soberano não é exatamente a regulamentação no Brasil, e sim que eles investem em papéis do soberano. Portanto, o soberano-Brasil emite papéis dentro do País que os bancos compram. Então sua capacidade de pagar suas dívidas... Eu pego meu dinheiro e compro papel do Governo, é o Governo me devolver o dinheiro para eu pagar. Então eles estão mais vinculados. Empresas que têm uma capacidade produtiva, elas têm um risco dependendo do segmento mais, ou menos diferenciado, do risco soberano. Não sei se ficou claro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É só para complementar. A divulgação é do risco país. Essa divulgação constante--

SRA. REGINA NUNES: Essa é uma outra. Então são expressões--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): As duas são divulgadas... O risco soberano, por exemplo, do Brasil, essa semana, da STANDARD & POOR´S teve uma evolução. Nós avançamos dois graus em moeda nacional e um grau em moeda estrangeira. O risco país é publicado diariamente por algumas instituições. Por exemplo, o J.P. Morgan tem lá um risco país. Então, ontem foi 140 pontos, que é a diferença que nós pagamos para a taxa básica de juros americana, quanto nós pagamos a mais. É uma estimativa que ele faz, é uma referência. E como foi, acho, bem explicado, o risco soberano é o risco do Governo, do Estado, e o risco país é o risco que incluem as empresas, bancos, instituições que tomam crédito. É em média quanto que o País pagará a mais, as empresas do País pagarão a mais da taxa básica de juros.

SRA. REGINA NUNES: E veja, foi bom que se citou o J.P. Morgan aqui, o Banco. Aquilo é um índice, não é a mesma coisa que a gente faz, mas é como o Senador acabou de dizer. Ele é um índice que diz qual seria a sua precificação; nós não fazemos isso. Nós não fazemos um índice de precificação. Quando nós falamos em risco país, nós estamos falando do risco de operar dentro do Brasil. Quando se fala daquele risco país que é quanto custaria para o Governo emitir ou para empresas brasileiras emitirem, aquilo é um índice. E índices têm que ser muito bem olhados no seguinte sentido: eles, provavelmente, se você tiver uma venda de um papel brasileiro, a última venda daquele papel do Brasil e a média com outros papéis brasileiros é que vão dar aquele índice que o J.P. Morgan faz. Isso é um índice do passado. Não necessariamente vai se colocar um papel do Brasil ou de uma empresa brasileira, principalmente em momentos de crise, com aquela precificação. Então, agora eu entendi o ponto do Senhor, Senador. Desculpe-me, até eu falei muito de risco país. Existem expressões usadas, como o risco país, que são na verdade ligadas à precificação. Isso não é o que a STANDARD & POOR´S faz. São índices colocados no mercado,como o índice BOVESPA. Ele é a média da circulação da Bovespa, que fica para cima e para baixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E é muito mais volátil. O risco país do J.P. Morgan é extremamente volátil. É diariamente... O risco país para o J.P. Morgan... É porque é o mesmo tema, mas são conteúdos diferentes. O risco país do J.P. Morgan é uma precificação de quanto ele estima que a colocação de títulos de empresas brasileiras no mercado vai pagar de taxa de juros acima do que a taxa básica de juros americana. Então isso aí é volátil e todo dia modifica em função dos negócios que são feitos, que

foram feitos. O risco da STANDARD & POOR´S é uma análise econômica, mais aprofundada, do balanço das empresas, da liquidez das empresas, do cenário macro-econômico, da trajetória do País, do crescimento, da inflação, do balanço de pagamentos, da dívida pública. E aí ela classifica o risco soberano do Estado e o risco país das empresas e dá para o investidor qual é o risco de financiar o País ou uma empresa em relação à classificação que ela está estabelecendo. É como se essa análise macro-econômica, que eles fazem a 140 anos, seria uma referência... Na realidade 140 anos existe, mas a classificação mesmo vem da crise de 82 para cá. Da crise da dívida externa para cá que essa classificação ganhou alguma relevância. Até então não tinha maiores relevâncias. Então, da crise da dívida de 82 pra cá, essas análises passaram a ser referência para os bancos, porque a dívida passou a ser privada. Os financiadores passaram a ser bancos privados tanto do País, títulos públicos, quanto das empresas. É uma referência que os agentes financeiros se utilizam para emprestar ou não dinheiro, ou em que condições emprestam.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas desculpa a insistência, eu estou mais falando do ponto de vista... Porque eu estou entendendo, mas eu estou querendo que aqueles que estão nos vendo entendam. O risco mais popular, mais divulgado é o risco país, não é verdade?

SRA. REGINA NUNES: Mas não é o que a gente faz. É um índice. É como se V.Exª. estivesse falando assim: "Na Bolsa, de todos os papéis que estão na Bolsa de Valores do Brasil, o mais popular é o índice BOVESPA". Isso é uma precificação do que foi feito naquele dia, em média, dentro dos nomes mais importantes que foram transacionados na BOVESPA.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu posso explicar? Porque é uma questão jornalística. Porque o risco país, aquele que é um índice, todo dia ele muda. Então, todo dia a imprensa divulga. O risco soberano às vezes fica cinco, seis, sete anos sem alteração nenhuma. Mas ele é muito mais relevante para as decisões dos agentes econômicos do que o risco país diário que é um índice que mede... Ninguém vai investir na Bolsa simplesmente porque a Bolsa ontem chegou a 52 mil pontos. Vai investir se acha que a Bolsa vai subir, se acha que o desempenho, a projeção daquela empresa é positiva, se acha que ela vai dar bons dividendos. Então, a análise dos agentes macro-econômicos é muito mais em função do risco soberano e do risco país que as agências de risco divulgam, do que aquele risco país que é um índice diário.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, a denominação é a mesma, os conceitos são totalmente diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que nós podíamos fazer inclusive uma recomendação que

se altere os conceitos, para esclarecimento da opinião pública. O risco país diário e...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Presidente, sem nenhuma comparação entre as instituições, mas parece que uma é uma divulgação popular, vamos dizer assim, e a outra mais técnica, mais aprofundada, mais... Vamos dizer assim, de maior densidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Uma é resultado de uma análise econômica e de critérios que vão ser expostos aqui, e a outra é a projeção de um índice que estima quanto está sendo a taxa de juros que é paga por um País acima da taxa básica de juros americana. Eu proponho a gente seguir para poder ter mais informações... O pessoal... Está ficando mais interessante. Quando começar a classificação do Brasil é que a coisa vai pegar aqui. A Lisa falou: "Você vai me levar para a cova dos leões", mas como melhorou o *rating* o pessoal está todo mais manso hoje.

SRA. LISA SCHINELLER: Para concluir parte dessa discussão por um momento sobre risco país e risco soberano, outra vez, por quê o risco, desculpa, o *rating* soberano não muda dia-a-dia? Porque olhamos dentro de alguns anos, olhamos os fundamentos da economia, da política, do Governo. E quando eu falo sobre o Governo, eu não estou só falando sobre o Governo Executivo, mas também Legislativo, os Estados, os Municípios, todos os Partidos, uma definição ampla. Dia-a-dia, em prioridade, essa base não deve mudar. Na página 10 de sua apresentação tem a diferença entre risco país e risco soberano, e posso indicar a página, acho que seria melhor também. Por causa de nossa avaliação de risco país parecida e não pior, por exemplo, em comparação com os países Rússia e Venezuela, por causa do clima em geral, temos um clima econômico político, temos oito empresas com *ratings*. São *ratings* de suas capacidades. A próxima página, 11, temos oito empresas com *ratings* acima do soberano. Implica que se o Governo do Brasil está caminhando por uma situação estressada, mas para uma área de *default*, um cenário, temos a expectativa de que essas empresas, durante esse tipo de cenário, essas empresas podem pagar sua dívida. Nesta implicação aqui. Outra vez, os *ratings* aqui... E também temos dois bancos. Dois bancos com *ratings* acima do soberano. Também outra vez, quando o Governo está num cenário estressado, temos a opinião de que estas entidades aqui já podem pagar sua dívida. E só isso, pagar dívida. Vou falar mais agora sobre *rating* soberano, que é meu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só fazer um pequeno comentário aqui que a Regina estava fazendo e que é relevante. O Brasil tem várias empresas, estão aqui citadas, cujo risco é melhor do que o risco soberano do País. Mas há muitos países que isso não acontece. Mesmo países que o risco soberano é melhor que o Brasil. Exemplo, Rússia. O ambiente regulatório, as regras democráticas, a consistência das instituições, não

fazem com que nesses países, por exemplo, as empresas possam ter um *rating* melhor do que é o *rating* soberano do Governo Central. No caso brasileiro, sim. Ela disse isso, é que a imprensa não prestou atenção então eu estou reafirmando. Em parte, um papel relevante é o Legislativo ao estabelecer regras, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Falências. Quer dizer, o trabalho que nós fazemos do ponto de vista... Agência de regulação, do marco regulatório, do ambiente macro-econômico do País, permite que as empresas tenham uma avaliação melhor ainda do que, por exemplo, as finanças do Estado em relação à sua dívida.

SRA. REGINA NUNES: E no caso brasileiro, é muito importante ressaltar que isso já acontece há mais de um ano e meio. Ou seja, o Brasil tinha um risco de probabilidade de *rating* em moratória muito maior do que o de hoje, e nós já tínhamos empresas em grau de investimento. Graças a uma democracia, a instituições mais fortes, a agências reguladoras, a leis como a Lei de Falência, e que certamente a continuidade de marcos regulatórios que criem regras claras e independência para os investimentos privados trariam para o Brasil ainda uma melhora rápida no seu setor privado e conseqüentemente do seu soberano.

SRA. LISA SCHINELLER: Para continuar com o *rating* soberano, só o Governo, sua capacidade, disposição para pagar sua dívida. Na página 12 temos o histórico de *rating* soberano do Brasil. E como o Senador Mercadante disse, agora temos melhor nível de *rating* para o soberano Brasil, para o Governo, hoje. Última mudança foi na semana passada. Na próxima página explica essa mudança na semana passada. Fizemos na realidade três mudanças. Um tipo de duas mudanças e uma manutenção. Semana passada elevamos o *rating* em moeda estrangeira um degrau. De *double* B a *double* B mais. O que é moeda estrangeira? Significa o Governo pode pagar sua dívida em moeda estrangeira, os bônus globais.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LISA SCHINELLER: BB a *double* B mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que o risco é C, B e A.

SRA. LISA SCHINELLER: Para voltar, página 06. Desculpa, em inglês, mas página 06. Temos nossa escala lá. O menor nível de risco é *triple* A.

SRA. REGINA NUNES: A tradução aqui é a seguinte: o que tem menos risco de crédito é o 3A, triplo A. O que tem moratória é o que está no SD ou D. E o grau de investimento, que é a tradução do que está aqui, é o triplo B menos.

SRA. LISA SCHINELLER: Tá. Melhor triplo A. Exatamente.

SRA. REGINA NUNES: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. Semana passada elevamos a nota em moeda estrangeira. A mim, por exemplo, o Governo tem títulos em dólares, iene, euro, moeda estrangeira. Também tem dívida, sem dúvida, em reais. E temos um *rating* para moeda local. Para o Brasil, o real. E temos um *rating* melhor, mais em cima, para o *rating* em moeda local para o Brasil, em real. Por quê? Porque o Governo tem mais flexibilidade com sua própria moeda. E na semana passada, acho que é importante enfatizar, elevamos a moeda local, elevamos o *rating* em reais dois degraus, para *triple* B, que é grau de investimento. E não só somente *triple* B menos, mas *triple* B. O Governo do Brasil tem *rating* ainda especulativo para moeda estrangeira, mas tem *rating*, grau de investimento, em sua própria moeda. Esse *doublé nât(F)*, dois degraus, é muito importante. Por quê? Porque recentemente olhamos o desenvolvimento do mercado local. Muito importante: os mercados locais, mercados capitais locais, estão desenvolvendo de uma maneira muito profunda, em comparação ao conceito passado. Tem crédito que cresceu 20% por ano, durante os três anos atrás. O Governo hoje, o Tesouro pôde emitir um bônus em reais, pré-fixado em 10 anos. Muito importante, emitiu esse título em janeiro. Na verdade, não existe muita liquidez no mercado secundário para esse título, mas existe um passo, um desenvolvimento muito importante para nós. Outra coisa, essa onda de IPO´s. Muito profundo.

SRA. REGINA NUNES: É a iniciativa... São as aberturas de capitais... IPO é a abertura de capital das empresas na Bolsa no mercado primário, não o secundário. Porque é a primeira vez que você coloca, põe o dinheiro dentro. Desculpa a gente usar a expressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nos últimos 12 meses foram mais ou menos 32 bilhões de dólares de financiamento de empresas pela colocação de títulos no mercado primário. O que é quase um custo zero. O financiamento é o mais barato. Como a Bolsa está bastante valorizada, as empresas conseguiram emitir ações e terem investidores estrangeiros e nacionais da ordem de 32 bilhões de dólares nos últimos 12 meses.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É porque o mercado secundário é um mercado especulativo. As pessoas ganham ou perdem dependendo da aplicação. Nos últimos quatro anos o Ibovespa valorizou 400%. Então, em média, as pessoas ganharam 400% por aplicar em ações da Bolsa. Mas a emissão primária é o financiamento que chega na produção. É realmente o sentido econômico da Bolsa, é a emissão primária. Quando ela lança ações e consegue se financiar.

SRA. LISA SCHINELLER: E por quê acontece essa onda, essa melhora? Uma combinação de coisas. Sem dúvida o ambiente global com liquidez global favorece. Mas, acho que é importante a estabilidade macro no Brasil. Também a melhora na governança corporativa, as regras para novo mercado. Isso é muito importante para emitir esse tipo de IPO. Um mercado local mais profundo para nós implica mais flexibilidade em geral para o Governo em sua própria moeda. Esse *double* degrau, mudança, é importante para nós. Outra coisa, acho que é muito importante enfatizar, mantenhamos a perspectiva positiva. O quê significa isso? O quê é uma perspectiva? Acho que é mais fácil falar sobre os temas quando estou falando especificamente sobre o Brasil. Perspectiva para qualquer *rating* implica: pode ser estável, pode ser positiva, pode ser negativa. Se os riscos para a melhora na qualidade crediciária do Governo vai melhorar tem, em geral, temos uma perspectiva positiva. Se a tendência é para uma piora, temos uma perspectiva negativa. Se os riscos para uma melhora e uma piora são os mesmos, a perspectiva está estável. Implica... Não temos muitas informações para uma melhora, no futuro nenhuma piora. Nossa avaliação... Os indicadores do Brasil, indicadores fiscais, indicadores externos, indicadores econômicos, provavelmente vai continuar melhorando. Por isso existe mais uma probabilidade de mais de 50%, que vamos olhar um *upgrade* no ano que vem. E vamos precisar no ano que vem. Uma perspectiva fala entre seis meses até mais ou menos dois anos. Essa é a idéia de uma perspectiva. Eu olhei para o nosso histórico, histórico para todos os *ratings* soberanos, só existe um outro País que quando elevamos, quando nós elevamos, moeda estrangeira, *double* B com perspectiva positiva que tivemos para o Brasil na semana passada, antes da nossa mudança até *double* B mais, já com perspectiva positiva. Existe só um outro País com essa manutenção de uma perspectiva positiva com um *upgrade*. É claro, foi uma coisa importante para nós. Outro País foi o México. México... Antes de chegar, exatamente. Eu não lembro o ano. Pode ser 2000.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só fazer um comentário aqui que é importante. Se a gente analisar na página 12, que é a evolução da classificação do Brasil, tanto negativa quanto positiva, a perspectiva se realizou 100%. Quando estava negativa continuou caindo e quando virou positiva continuou subindo, sempre no intervalo de seis a dois anos se concretizou a perspectiva. Então o Brasil teve uma melhora de dois graus em moeda nacional, um grau em moeda estrangeira e a perspectiva continua positiva. Ou seja, de seis meses a dois anos a tendência de nós atingirmos com plenitude o grau de investimento. Porque falta apenas um grau para a moeda estrangeira. O México foi o único outro País que viveu uma situação semelhante. Teve uma evolução do grau de classificação e foi mantida a perspectiva positiva e depois se realizou. É difícil acontecer uma evolução. Quer dizer, em geral quando você tem uma evolução de dois graus na classificação, a tendência é ficar estável.

Quer dizer, no caso do Brasil teve evolução de dois graus e a tendência continua positiva, a perspectiva que deve evoluir.

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. Gostaria também notar que uma perspectiva positiva não implica que vamos elevar a nota com 100%. A probabilidade é mais de 50%. Se olharmos no passado, no histórico do grupo soberano, mais ou menos... Isso é uma probabilidade, mais ou menos 70% das perspectivas positivas tiveram um *upgrade* depois. Mas simplesmente perspectiva positiva implica uma probabilidade mais de 50% de *upgrade*. No médio prazo, para nós, de seis meses a dois anos. Próxima página, 14. Explica o porquê das mudanças na semana passada e porque manteremos a perspectiva positiva. Outra vez, queira da dívida do Governo, queira da dívida líquida externa do setor público, mas também setor privado com menos reservas internacionais, por exemplo. Em comparação, como base de exportações. Essa cifra dívida externa líquida em comparação como base de exportações é um indicador muito importante. E a melhora nesse indicador e todos os indicadores externos para o Brasil tem sido impressionante. 2001, 2002, esta cifra era acima de 200% de exportações; agora menos de 30.

SRA. REGINA NUNES: Ou seja, a dívida em relação às exportações, porque a exportação é como se fosse um colchão natural que você monta de outras moedas, moedas fortes. Ela era 200%. Ou seja, você devia 200% do que exportava. Hoje está em 30% tendendo a cair. Dívida externa do setor público e privado. Nós não fazemos sozinhos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. Mais ou menos mesmo tamanho. Exatamente. É dívida líquida. Menos em geral ativos líquidos que é a grande maioria, dívidas ativas, líquidas externas. A grande maioria são reservas internacionais. Agora o setor público é um credor. Mas olhamos setor público e setor privado na área externa. Por quê? Porque se tivemos um choque na balança de pagamentos, importante também para taxa de câmbio, tudo isso, impacta todos.

SRA. REGINA NUNES: E a disponibilidade de linhas de crédito, como em 2002, se viu acontecer. Houve uma diminuição de linhas de crédito, inclusive para exportação. E isso atinge a quem? Ao mercado privado. Então nós temos que nos somar às duas necessidades para saber qual é realmente a relação do Governo Central nesse caso que vai ter necessidade de captação ou não para que a economia continue fluindo e qualitativamente.

SRA. LISA SCHINELLER: Também, como eu disse, melhora na dívida do Governo, dívida PIB, dívida líquida, PIB, a peça, a carga da dívida no sentido de pagamento de juros em comparação com o resto do orçamento, a transformação no mercado local, também. Coisas que

são muito importantes para nós, para o passado, para o histórico do índice no Brasil, mas também para o futuro. Porque um *rating* olha na frente. O compromisso do Governo, e a definição ampla do Governo com uma política pragmática que vai manter um ambiente que facilita o pagamento da dívida, uma melhora no crescimento, tudo isso na economia. Temos expectativa de que essa política pragmática vai continuar e vai facilitar mais uma melhora nos indicadores. Se você vai... Na próxima página 15... Vou deixar grau de investimento para perguntas. Acho que pode ser melhor. Para explicar mais o *rating* específico. Página 16. Qualquer *rating* tem pontos fracos e pontos fortes. O *rating* do Brasil, os pontos fortes, risco político, estabilidade política. Brasil compara muito bem com seus pares. E em categoria *triple* B olhamos para frente, para grau de investimento. Na área de... Desculpa, vou precisar um minutinho. Um ambiente consistente de política macro é muito importante. As regras de lei de responsabilidade fiscal; compromisso com o nível baixo de inflação, como independência operacional do Banco Central, muito importante. Esse dá previsibilidade à política. Os pontos em geral mais fracos, em comparação com países com *rating* maior, são melhores. A dívida, a situação fiscal. Melhor agora em comparação com o seu passado, mas ainda é um ponto mais fraco. Também um ponto mais fraco o ritmo de crescimento. E vou falar sobre esse também. Agora, melhor no passado? Sem dúvida. Mas já está mais baixo que outros países com melhor nível de *ratings*. Próximas duas páginas: 17, 18. Nossa metodologia. Acho que é muito importante enfatizar que nossa avaliação é uma combinação de arte e ciência. Temos uma área qualitativa e também quantitativa. Não existe uma fórmula. Olhamos credibilidade política, a profundidade das instituições, transparência, tudo isso. E nessa parte é qualitativa, parte de arte. Mas também temos que olhar as coisas quantitativas. Dívida PIB, serviços da dívida PIB, serviço da dívida externa; porque tem impacto. Estamos trabalhando com pagamento de dívida. Mas também outra parte qualitativa e nossas projeções para o futuro. Porque olhamos para frente. Próxima página, 18. Quando falamos, quando discutimos sobre que tipo de *rating* podemos dar para o Brasil. Falamos sistematicamente risco político, a estrutura econômica, perspectiva para crescimento, política fiscal, estabilidade monetária e, quinto, a situação externa. Falamos de cada categoria e fazemos uma avaliação de cada e depois, outra vez, não existe uma fórmula específica, mas combinamos cada um para chegar ao *rating* do Brasil. Alguma parte pode ter mais uma influência no *rating* do que outras. Por exemplo, risco político, página 20. Com a transição entre o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Governo do Presidente Lula, essa transição era e continua a ser muito importante para nós. Por quê? Porque olhamos dentro de alguns anos a previsibilidade da política ao longo dos governos, ao longo da mudança nos governos estaduais, governos municípios, da Câmara e do Senado. Muito importante. Com essa marca muito importante no Brasil, um grande diferencial como outros países que ainda não têm grau de investimento também. Porque existe uma

política pragmática com história através dos partidos, nível federal, local, estadual, tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa-me sintetizar. Quer dizer, aqui há alternância de poder com previsibilidade das regras democráticas institucionais.

SRA. LISA SCHINELLER: Tá. A profundidade das regras fiscais durante os últimos sete, oito anos, muito importante. A histórica operacional da independência do Banco Central, muito importante. A maioria, provavelmente quase todos países com grau de investimento em moeda estrangeira, provavelmente tem também um Banco Central independente, formal. Mas não só no papel. Temos Banco Central independente em alguns países, formal em nome, na Legislação, mas não prática. Muito importante em prática. E também a estabilidade monetária aqui no Brasil também. Outra área muito parecida, os países com grau de investimento: baixo nível de inflação, muito importante, como compromisso de política do Banco Central. As outras áreas para terminar, mais ou menos... Os gráficos, mostramos pontos fracos e pontos fortes do Brasil. Na área de crescimento, página, por exemplo, 23. Pode olhar que o ritmo de crescimento no Brasil, no passado, e provavelmente no futuro também, ainda está a nível mais baixo em comparação com outros países com melhores níveis de *ratings*; com exceção de México. México não cresce muito forte em níveis de China, níveis de Rússia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, mas a trajetória do Brasil é crescente, dos outros países é decrescente.

SRA. LISA SCHINELLER: É muito importante enfatizar. Incluímos essa perspectiva na nossa avaliação. E crescimento é muito importante, sem dúvida, para a dinâmica fiscal, para a dívida PIB, tudo isso. Mas se olha a página anterior, 22, olhamos também, por exemplo, no nível de desigualdade, nível de pobreza de qualquer País. Por quê? Porque tem impacto sobre a profundidade de mercado local, mercado de consumo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas aí também é a melhor dos últimos 30 anos.

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. E também tem impacto sobre o ambiente para manter a política agora com uma melhora no nível de pobreza, desigualdade, mais crescimento nas classes C, D e E. É maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A massa salarial está crescendo 8,8% nos últimos 12 meses. É ritmo chinês.

SRA. REGINA NUNES: Crescimento de poder aquisitivo para consumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E o *rating* da Casa Bahia está funcionando. E é soberano.

SRA. LISA SCHINELLER: Como eu disse, o Brasil tem empresas com *rating,* grau de investimento, CDRD(F), Vale do Rio Doce, ARACRUZ, tudo isso. Mas também tem um setor informal muito grande, e tem impacto sobre o ritmo de crescimento da economia. Olhamos para os índices de indicadores, olhamos para frente que a perspectiva de crescimento, como na página 23, está melhorando. Mas, em geral, um ponto mais fraco em comparação com outros países. E por quê? Falamos sobre isso um pouquinho, mas se olharmos a página 25, o nível de investimento, PIB, é menor em comparação com outros países. China é uma exceção com 40%. Mas também na próxima página, 26, as exportações em comparação com o PIB, ainda a economia brasileira está mais ou menos fechada. O Brasil pode ter 40% de exportações, é um País muito grande. Mas, mais uma abertura atrai mais tecnologia estrangeira e proteção competitiva, tudo isso.

SRA. REGINA NUNES: Na verdade, é importante exportar mais e, claro, exportar mais do que se importa faz com que você tenha um fluxo positivo de entrada de capital em recursos de outras moedas ou moedas fortes, como a gente chama. Mas no caso do Brasil, o Brasil não tem muita importação também. O que acontece quando você não tem importação? Primeiro, a importação é uma moeda de troca para se discutir a exportação. Ou seja, se eu compro de você, quando eu for vender eu tenho uma moeda para brigar com você. Segundo, você pode importar tecnologias que você não tem. Terceiro, você traz competitividade para a economia local. A importação é importante, mas claro que a gente prefere ver mais exportação crescendo a importação; mas tem que crescer os dois. Os países que têm grande desenvolvimento de fato e de direito, que tem uma boa diminuição em todos os níveis, melhora de pobreza, uma série de pontos, eles têm mais importação e exportação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas também quero fazer um comentário. Nos últimos 4 anos, 5 anos, 10 anos, a evolução do comércio exterior, do volume do comércio do Brasil, é espetacular. Nós tivemos... Exatamente, nós partimos de uma relação... O volume de comércio em relação ao nosso PIB era muito baixo. Hoje não precisa nem ir longe, nos últimos quatro anos dobrou o volume de exportações e continua crescendo. E as importações estão crescendo em um ritmo muito forte. Faltou um quadrinho aqui mostrando a trajetória da reserva cambial para o PIB. Tivemos 16 bilhões de dólares emprestado do FMI e agora temos 130 bilhões de reservas próprias, o que mostra muita consistência. E outro problema que está embutido é o seguinte, é verdade que isso está acontecendo, mas a nossa taxa de câmbio, nós estamos comprando dólar em lojinha de 1,99. É uma coisa também que ninguém imaginava.

Evidentemente desequilibra o comércio exterior, estimula as importações e prejudica as exportações do País.

SRA. LISA SCHINELLER: Em página 34, 35 e 36 pode olhar essa melhora nas contas externas. Profunda. Aquela da dívida externa que reflete sem dúvida o ambiente global que favorece crescimento de exportações e tudo isso. Mas, também, uma política pró-ativa do Governo e de setor privado para reduzir sua dívida externa. O País, setor público privado, aproveitou da situação global para reduzir essa vulnerabilidade que era muito grande e agora é como grau de investimento mais ou menos. São muito parecidos, os pares, no grau de investimento. Nessa área, agora, na realidade não é ponto fraco para o Brasil. No passado, as contas externas eram um ponto fraco. Última área que gostaria de notar: área fiscal, página 28. Olhamos as balanças fiscais e dívida PIB e também pensamos em contingências como esqueletos para todos os países. Passivos contingentes, desculpa. A situação fiscal no Brasil melhorou muito. Se olharmos mais uma vez página 28. Uma melhora no resultado nominal do Governo Geral. Olhamos Governo Geral. Ainda está mais fraco em comparação com outros países com grau de investimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. A situação da Índia, por exemplo... A relação da dívida PIB é quase 80% do PIB, a nossa caiu para 44,9%, é a metade da relação dívida PIB e também a relação resultado nominal. Agora, eles têm bomba atômica e nós não; e nem queremos ter.

SRA. LISA SCHINELLER: Situação de Índia, como eu disse, qualquer País tem pontos fracos e pontos fortes. Sem dúvida, o ponto fraco para a Índia é a situação fiscal. Posso falar sobre isso mais durante perguntas se V.Exªs. quiserem. Mas em geral países com grau de investimento nesta categoria tem situação fiscal melhor. A situação de resultado primário, próxima página. Para Brasil muito melhor do que em comparação de outros países. Mas, por causa da dívida PIB, na próxima página, o Brasil tem que ter um superávit primário maior. Página 30: dívida líquida do Governo Geral está caindo. Hoje 20 pontos básicos menor do que em 2001 e 2002. Uma melhora muito importante, mas temos uma visão que vai continuar levando devagar, pouco a pouco, e o tamanho da dívida ainda é mais alta em comparação com países como--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas deixa-me fazer mais um comentário. Além de cair em termos absolutos, teve uma melhora no perfil. Nós deixamos de ter dívida indexada ao câmbio e pós-fixada e hoje o componente predominante é dívida pré-fixada. Mudou a qualidade da dívida. E o fato do Brasil estar colocando títulos da dívida pública em real com taxa de juros pré-fixada em um dígito também é uma coisa inédita. Então melhorou a qualidade da dívida.

SRA. LISA SCHINELLER: Sem dúvida. E por isso se olha a página 32, como eu disse antes, é uma combinação de qualitativa e quantitativa. E a melhora na composição da dívida foi, era e vai ser uma coisa muito importante para a valorização do Brasil. A eliminação de títulos vinculados ao dólar é fantástica também. Com mais de 30% da dívida interna pré-fixada; mais de 20% vinculado ao preço. É uma queda da dívida vinculada ao SELIC. Essa tem implicações para a vulnerabilidade da dívida em frente de choques.

SRA. REGINA NUNES: É muito interessante quando se fala em vulnerabilidade. O investidor é que usa essa expressão grau de investimento. Foram eles que criaram, não foi a gente como agência de *rating*. Para nós é vulnerável e não vulnerável. O quê quer dizer ser vulnerável? Não é que você não vai pagar suas contas, é que você tem uma grande volatilidade. Então a sua previsibilidade de futuro é mais difícil de ser feita. O domínio sobre os mecanismos que podem impedir que a volatilidade seja alta, ou maior ou menor, são menores nos países mais vulneráveis e maiores nos menos vulneráveis. Então, ser não vulnerável o grau de investimento é ser menos volátil. E é isso que traz previsibilidade e, portanto, dá um certo conforto ao investidor quanto ao futuro do capital que ele investe. Então, veja, a volatilidade, ela é um sinônimo de vulnerabilidade.

SRA. LISA SCHINELLER: Obrigada, Regina. Olhamos também na compensação da dívida, mas também na composição das balanças fiscais. Eu falei sobre nível de resultado nominal, mas também em nível de superávit primário. Mas também consideramos que tipo de flexibilidade o País tem dentro do orçamento? Em frente de um choque pode ajustar? Não. É fácil ajustar ou não? Por isso a qualidade e a compensação de gastos e despesas são importantes para nós. O Brasil tem um orçamento sem muita flexibilidade. Mas também outros países já têm uma melhora na flexibilidade do orçamento, nível de despesas, qualidade nas despesas. Pode ser importante para uma melhora no ritmo de crescimento, por exemplo, também melhora na flexibilidade do orçamento. Para concluir: página 37. Olhamos uma melhora profunda nos indicadores externos. Olhamos uma melhora nos indicadores fiscais também, mas de um ritmo menor. Também, a situação de crescimento está melhorando, mas ainda é mais fraco em comparação com outros países com melhor *rating*. Acho que é importante enfatizar quando um País, estamos falando no Brasil, agora grau de investimento, quando chega grau de investimento, o ritmo de crescimento não muda de um dia até outro dia. Depende da política, da consistência e da política, compromisso do Governo em manter e facilitar, com a sua política, o ritmo de crescimento. Quando tem grau de investimento, sem dúvida, taxa de juros para títulos é menor para o Governo. Por causa da... Base de investidores mais ampla. Mas não muda o ritmo de crescimento um dia para outro dia. E também para continuar uma melhora no ritmo de crescimento, manter uma política prudente no futuro, manter um compromisso como melhorar a situação fiscal seria importante para

nós. Também gostaria de enfatizar *triple* B menos, grau de investimento, não é o último *rating*. *Triple* A é o último *rating*. Então existe muito espaço aqui na frente para contínua melhora no *rating* do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer a Lisa, a Regina, a Milena pela exposição. Acho que a documentação que está anexa fortalece e permite a gente ter uma análise bem detalhada. Nós temos quatro Senadores inscritos, vou pedir que a gente tenha uma certa objetividade, porque nós temos em seguida a Sessão Ordinária com vários Projetos de Lei para serem votados. Mas queria dizer que foi muito oportuna a exposição, esclarecedora, e agora nós vamos à discussão mais abrangente por parte dos Senadores. Primeiro Senador, Flexa Ribeiro, com a palavra. Senador do PSDB do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Drª. Regina, Drª. Lisa, Drª. Milena, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero primeiro parabenizar o Presidente por nos ter dado esta oportunidade de esclarecimento com relação a uma matéria tão complexa. Quem não domina a economia e os fundamentos da economia precisa ficar muito atento para que a gente possa tirar os ensinamentos que nos foram dados hoje. Apesar da Drª. Lisa no início da sua exposição ter pedido desculpas pelo seu português, eu quero parabenizá-la. Nós temos um Ministro do CIALOPRA(F) que fala com tanta dificuldade quanto a Senhora. Tem essa mesma dificuldade de falar o português. Mas o Senador Mercadante, ao longo da explicação, ele sempre fez interferências oportunas, brilhantes, como é do seu perfil, como intervalos comerciais da Casa Bahia. Todo momento ele estava dizendo... Mas nunca no Brasil se fez tanto... Só que nós não podemos esquecer as origens. A coisa do Governo. Eu diria, Senador Mercadante, se V.Exª. não tivesse nascido, não seria esse Economista e Parlamentar brilhante que V.Exª. é. Foi preciso ter nascido para poder se tornar o Senador, Parlamentar e Economista. E mais do que isso, ter tido a formação que os seus pais lhe deram. Então, tudo que nós estamos colhendo hoje, evidente que foi plantado há muito tempo atrás. E nós não podemos esquecer isso, nós temos que reconhecer. Drª. Lisa fez três pontuações, que eu diria, da maior importância. E o Brasil precisa saber disso. Nós estamos colhendo, Senador Jefferson Perez, o que foi definido através de estabilidade monetária, Lei de Responsabilidade Fiscal e marcos regulatórios. Tudo isso que está acontecendo no Brasil, evidente que não só por isso, mas em função disso é que nós estamos podendo hoje ter esta alegria, eu diria. Eu fico como brasileiro eufórico, até, em ver que o Brasil está às portas de ser considerado de grau de investimento. Eu fico feliz, porque todos nós queremos o melhor para o País e estamos trabalhando por isso.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): O mérito do atual Governo foi ter dado continuidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Diferentemente do que se propagava durante a campanha do primeiro Governo. Eu não sei se as Senhoras... Eu vi aqui o histórico da posição do Brasil, da análise do Brasil, mas só de 2001 para frente. Não tem o para trás. Quer dizer, o para trás é que iria nos mostrar o quanto ruim nós estávamos.

SRA. REGINA NUNES: Nós temos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Imagino que sim. Mas é importante que o Brasil soubesse o que existia antes desses pontos fundamentais. Estabilidade monetária, Lei de Responsabilidade Fiscal, marcos regulatórios, que, lamentavelmente, Senador Mercadante, o seu Partido foi contra os três; hoje é a favor, graças a Deus. Graças a Deus houve uma evolução, houve uma demonstração de que há necessidade de se ter o Brasil no contexto internacional e não como uma ilha isolada do que acontece no resto do mundo. Mas eu perguntaria às Senhoras em que ponto... Acho que nós vamos alcançar não só o grau de investimento, mas vamos alcançar o *triple* A, como disse a Drª. Lisa, que só os Estados Unidos hoje estão nessa categoria. Eu comecei a indagação à Drª. Lisa antes da audiência perguntando por que, Senador Jefferson Peres, o Brasil está no mesmo nível de risco que a Colômbia? Ela me deu, eu quero agradecer, uma pasta com alguns dados, vou fazer a leitura, para poder entender.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela não fez referência a essa questão. Eu gostaria também, Drª. Lisa, que a gente pudesse ter, primeiro, até que ponto a carga tributária brasileira elevada... V.Sª. já disse que o crescimento do PIB brasileiro pequeno é o penúltimo da América Latina, só perde para o Haiti, e pediu que o Brasil já pudesse ter chegado ao grau de investimento. Talvez nós pudéssemos estar festejando hoje não estarmos às portas, estarmos já com o País em grau de investimento. Apesar de que, pelo o que eu entendi, na moeda nacional nós já estamos em grau de investimento, moeda estrangeira é que não. Então, a que nível essa carga tributária brasileira tão elevada, ela contribui para que o Brasil não avance mais aceleradamente para atingir esse grau de investimento? V.Sª. disse que a perspectiva é positiva. Todos nós achamos também, mas aí eu pergunto a V.Sª. se isso também, toda essa melhora da classificação brasileira... Nós estamos vivendo hoje diferentemente do que vivemos nas décadas passadas, um ambiente internacional, global, favorável. Quer dizer, os países estão comprando, as economias estão crescendo, o Brasil, no meu entendimento, a juízo meu, está perdendo uma oportunidade muito importante de crescer em velocidades maiores do que essa que estamos crescendo. Porque não sei se vocês têm esses dados, até

quando o cenário internacional vai se mostrar favorável? E se isso mudar, quais, no entendimento da STANDARD, qual o posicionamento que o País terá? E para concluir, Senador Mercadante, eu quero dizer que eu quero parabenizar, parabenizar o nosso País, porque nós estamos realmente no caminho certo. É a continuidade. Se não começou de agora, vem desde a abertura da economia no início dos anos 90, depois continuado pelo Governo Itamar, Fernando Henrique e pelo Governo Lula. Nós temos que reconhecer isso. E com certeza absoluta os próximos que virão darão continuidade e nós chegaremos ao grau de investimento que todos almejamos. Parabéns à audiência de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Segundo inscrito Senador Garibaldi. Vamos fazer todas as intervenções para permitir agilizar a audiência.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, primeiro eu quero fazer uma observação aqui, e é uma observação do meu agrado. É que as agências de *rating*, parece que dão preferência às mulheres. E só uma curiosidade antes das duas perguntas, que eu considero mais importantes que eu vou fazer. Para a pessoa trabalhar numa agência de *rating*, pode ser até que eu precise ainda, mas vou levar desvantagem, qual é o curso? Há um curso específico? Quais são as formações acadêmicas, profissionais, para se chegar a ser uma analista? É a primeira. A segunda é a seguinte: o Brasil está no caminho certo, isso já foi salientado aqui até pelo nosso Tucano. O Brasil... Mas isso vem, como ele disse, de mais longe. Mas eu gostaria de perguntar. Qual é a... Qual seria o fato negativo mais... Eu vou fazer o papel de Advogado do diabo aqui. Qual seria o fato mais negativo que poderia desestabilizar esse esforço do Governo Brasileiro? É a segunda pergunta. E a terceira, é porque aqui fala em dívida doméstica, perfil da dívida doméstica. Aí eu queria saber qual é o peso que se atribui a esse perfil da dívida doméstica? Não é da dívida externa. Assim, um comentário a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado pela objetividade. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu me somo aos demais Senadores que reconhecem da importância dessa Audiência Pública ao parabenizar o Senhor, bem como todas as palestrantes aqui presentes. Pra mim ficou muito claro de que hoje nós nos encontramos na situação de análise, fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido com a contribuição, quer seja de governos anteriores, quer seja do Parlamento e da própria iniciativa privada do Brasil também, que tem o seu destaque reconhecido não só pelo reconhecimento das empresas a nível internacional, como até a direção que passa a ter na abertura de capital, que foi um índice importante considerado na análise da agência. Agora, pra mim, nós temos aqui o nosso Presidente Lula, ele sempre usa a imagem do futebol como

referência quando assim ele deseja fazer. E eu acho que ficou muito claro no final da exposição da Drª. Lisa de que a nossa economia se encontra na figura de um pênalti marcado; que muito time já comemora como gol, muita torcida comemora como gol. Podemos até comemorar o pênalti, mas com a consciência de que o gol ainda não foi feito para atingirmos a meta que todos desejamos. Portanto nesse pênalti tem o goleiro adversário e tem a qualidade do atleta que vai bater o pênalti. Daí a responsabilidade de todos de reconhecer as jogadas que fizeram com que o Brasil se encontrasse agora com a contribuição de todos, mas a preocupação permanente que devemos ter de que temos que continuar fazendo o nosso dever de casa. Vamos comemorar, mas com os pés no chão, com a responsabilidade que ainda temos muito por fazer. O Parlamento, o Executivo e a iniciativa privada. Agora, eu gostaria também de perguntar o seguinte: a política cambial hoje adotada do Brasil, ela ajuda na estabilização da análise de vocês para o positivo? E mais, qual é a perspectiva também do risco, se assim podemos chamar, do risco mundo? Porque num dos itens que a Senhora colocou a questão da influência internacional tem efeito, obviamente não só da economia do Brasil como do mundo como um todo. Que perspectiva nós temos do mundo que possa nos garantir uma análise positiva, uma análise estável ou uma análise negativa? Mais uma vez reconheço a importância que foi essa audiência, que está sendo, e que com certeza nós teremos outras de igual valor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade. Como tem muitos Senadores se inscrevendo e nós temos uma pauta ordinária, eu peço o máximo de objetividade se for possível aos inscritos. Senador Jefferson Peres com a palavra. Depois Senador Eduardo Suplicy, depois Senador Dornelles, depois Senadora Rosalba e depois Senador Inácio Arruda.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): [interrupção no áudio] Nos últimos 15 anos nós... Afinal de contas saímos daquela loucura, inflação desbragada, de vulnerabilidade externa, enfim. E a continuidade mostra que isso já vai se tornando... Os políticos brasileiros estão mudando de cultura também. Já absorveram que a instabilidade é indispensável também. Mas, objetivamente, qual é o peso na avaliação da STANDARD e de outras agências? Primeiro lugar, fato de que o Brasil ainda não completou, não aprofundou o ajuste fiscal. Ainda temos um déficit nominal muito grande. Isso é um fator de risco, certamente, porque pode se agravar. E em segundo lugar, a estrutura institucional do País. Principalmente a falta de marco regulatório, de insegurança jurídica. Esse é outro fator de peso negativo também, uma vez que no Brasil deixa muito a desejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado a objetividade. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, Srª. Lisa Schineller, Srª. Milena Zaniboni e Srª. Regina Nunes. Eu quero cumprimentá-las pela colaboração nesse sentido e gostaria de observar que na análise da perspectiva de saúde, de economia, há uma breve referência aqui na exposição que fizeram, mas que não... Não que tenham desenvolvido este ponto, mas eu gostaria de saber até qual é o grau de análise que a STANDARD & POOR´S normalmente coloca como importante para a perspectiva de crescimento estável, de crescimento de saúde, do ponto de vista político e da estabilidade, para os indicadores de desigualdade e de erradicação da pobreza? Porque normalmente um País passa a ter problemas de instabilidade em geral relacionados à não resolução de problemas de desigualdade e de erradicação da pobreza ou, às vezes... E mesmo países que entram em guerra, seja guerra civil, guerra revolucionária ou tais como as guerras no Oriente Médio, ou mesmo no Iraque, no Afeganistão, guerra de guerrilhas como ocorreram algumas vezes, e ainda ocorre, por exemplo, na Colômbia, em alguns lugares das Américas, isso tem muito a ver com a não resolução dos problemas nesta área. Então, eu agradeço se puder nos indicar do ponto de vista da STANDARD & POOR´S em que medida isso está sendo devidamente considerado? Em especial também, no caso do Brasil, em que medida a STANDARD & POOR´S nos seus relatórios, porque aqui não foi especificado, considera que os avanços que foram registrados - inclusive nas pesquisas do IBGE e analisadas por inúmeros economistas em anos recentes, indicando uma diminuição do coeficiente GINI de desigualdade, bem como a diminuição do grau de pobreza absoluto - em que medida isto acaba influenciando também positivamente na qualificação do Brasil? Essa é a minha indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Suplicy. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu quero cumprimentar V.Exª. pela iniciativa de ter trazido aqui nessa Comissão os representantes da STANDARD & POOR´S, uma verdadeira aula para todos nós. Eu quero fazer uma pergunta só. A contabilidade pública do Brasil é caracterizada hoje pela transparência. Todo mês, através dos relatórios da Secretaria do Tesouro, do Banco Central, da Secretaria de Comércio exterior, é possível ter uma noção exata das contas externas do Brasil, principalmente do problema fiscal na área da União, de Estado, Município, e até mesmo de empresas estatais. O que eu pergunto é o seguinte: a Índia, a Rússia, a China, o México, quando apresentam seus números eles têm essa transparência que o Brasil apresenta? É possível hoje fazer uma análise de dívida, por exemplo, de entidades estatais, de Estados e províncias, por exemplo, no caso do México, da China, da Índia? O Brasil vai até as empresas estatais da Rússia. Vocês têm esses dados? Por exemplo, hoje, se a STANDARD & POOR´S quiser saber o endividamento dos Estados do Brasil, das empresas estatais, tem na hora. É possível ter esses números da

Rússia? É possível ter esses números da China? Do México? Essa era a questão que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, bom dia. Eu quero, inclusive, dizer da alegria de estar aqui agora participando também da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos. Sou mais nova integrante como Suplente. Mas estamos aqui para colaborar, para dar, junto aos demais companheiros, colegas, Senadores, dar a nossa contribuição. E eu queria dizer da Srª. Lisa, Milena e Regina, o quanto é importante que as mulheres estejam tratando as questões de economia, porque na realidade acho que nós é que estamos no dia-a-dia muito mais próximo de todas essas questões e a sensibilidade feminina, Senador Garibaldi ali tão bem colocou. Acho que é a oportunidade que temos de mostrar nossa garra, raça e sensibilidade que temos, contribuindo com assuntos que até então ficava muito a se pensar que só poderia ser dos homens. Então eu gostaria também de deixar minha pergunta. A Senhora falava em eficiência no gasto público como ponto positivo, importante para o crescimento. E será que a descentralização maior, com maior autonomia dos entes federativos, isso é importante ou não para a eficiência no gasto público? Porque quando nós observamos alguns países onde existe essa descentralização maior e maior autonomia, o caso dos Estados Unidos, se não me engano também Alemanha e outros, são países mais desenvolvidos e então será que esse também não é um fator que possa impulsionar mais o nosso crescimento? Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado pela objetividade. Parabéns pela presença aqui, será muito bem recebida nessa Comissão. Agora para concluir a argüição, Senador Inácio Arruda, que eu peço também bastante objetividade por causa da nossa Ordem do Dia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Eu quero me somar ao Senador Garibaldi. A percepção, Senador Mercadante, do norte do nosso País, aquela região do nordeste, das praias, foi imediata. Eu quero também destacar essa questão levantada pelas nossas companheiras das agências, de que as agências emitem a opinião, vão fazendo a percepção das informações dos dados. Mas é uma opinião que mexe muito instantaneamente com posições de grandes investidores que podem alterar a sua presença ou não num grande mercado. E no nosso caso é muito importante, é muito significativo. Essas agências ganharam muita força no mundo inteiro. No nosso País se olha muito, se examina. Qual é a opinião das agências? Como é que está a posição das agências para que a gente possa ver se tal investidor vem ou não vem para o nosso País, se vai comprar um título, se vai se desfazer de tal papel? E hoje eu queria saber de vocês a posição ou

uma opinião frente à situação, já foi levantada, mas nós vivemos aqui uma tríade: juros, superávit e câmbio. Eu tenho sempre dito que é uma espécie de veneno. As três juntas, agindo de forma... Um: com juros altos; a outra: superávit primário elevado para compor a vontade dos juros altos, então tem que pagar os juros, tem que ter o superávit elevado; e o câmbio muito apreciado. E se não há uma percepção de que os juros, superávit e o câmbio muito apreciado, se esse câmbio não está virando uma farra? Se não está num verdadeiro festival de câmbio que está transformando isso num veneno perigoso para a economia brasileira? Eu tenho examinado a questão dos produtos primários. Nós estamos exigindo aqui no Congresso Nacional medidas que possibilitem agregarmos valor aos produtos primários. Precisamos exportar agregando valor. Contudo, quando nós agregamos qualquer valor ao produto primário, nós criamos dificuldade para ele. Porque o câmbio está tão sobre valorizado... Está tendo uma farra tão grande do câmbio, que se eu agrego valor ao meu produto primário eu empeço a exportação desse produto. Então, qual é a percepção das agências também frente essa realidade cambial brasileira?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós concluímos a fase de argüição e eu pediria apenas a Lisa e a Regina que fossem bastante objetivas nas respostas, para que a gente possa iniciar a nossa agenda ordinária. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): PCdoB, quem diria. Acabou no Irajá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sabe que a inveja mata.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou fazer só um pequeno comentário a propósito dessa intervenção. Quando a gente analisa historicamente a economia brasileira, o primeiro *rating* que nós estivemos foi em 94, que era B. Mas foi possível porque o Plano Brady, nós tivemos uma renegociação da dívida externa e todos os países endividados, que abriu perspectiva de nós termos um novo acesso ao financiamento externo. A dívida velha foi re pactuada, foi alongada, e o Brasil voltou ao mercado de crédito, saiu de uma moratória prolongada que vinha na realidade desde 82, mas mais propriamente final de 86, 87. Eu concordo com o que foi colocada, que a construção desses fundamentos macro-econômicos é uma coisa que vem de longe, do esforço de vários governos. Mas isso é inegável. O aprimoramento adicional do País não só veio de vários governos como também de forma suprapartidária. Quer dizer, a contribuição, a aprovação, não só de agência de regulação, mas toda a legislação fiscal, o esforço de transparência nas políticas públicas, foi feito também pelo Parlamento. Acho que a advertência feita pelo Senador Inácio é importante, porque nós perdemos, nós vimos de 94 até 98 melhorando a posição de *rating* e perdemos essa posição pela instabilidade macroeconômica que veio

especialmente em função da vulnerabilidade cambial. Então 98 e 99 o Brasil perde posições pela vulnerabilidade cambial e o melhor momento da nossa história de *rating* são os últimos três anos. O País vem tendo uma taxa de crescimento de 4,1%, uma taxa média, crescendo com a própria projeção da STANDARD & POOR´S. Nós tivemos uma estabilidade econômica consolidada nesses 14 anos, que acho que foi um valor muito importante. Temos transparência nas contas públicas, na política monetária, nos indicadores macroeconômicos, como poucos países têm. O nosso regime de metas é o mais transparente possível. As informações são absolutamente seguras e acessíveis. Isso dá muita previsibilidade à política e muita credibilidade aos instrumentos de Política Econômica. Agora, o importante eu vejo é que é inegável o salto de qualidade que o Brasil deu nos últimos anos. O esforço do superávit primário permitiu o desendividamento do setor público. O esforço no comércio exterior permitiu um salto comercial que nem os mais otimistas em projeções avaliavam. Por último, eu concordo, é o melhor momento, mas nós temos um imenso desafio. Acho que o Brasil tem que se debruçar sobre essa agenda. A agência, inclusive, sempre chega atrasada em relação ao País. O País tem sido muito melhor do que a projeção das agências. Essa que é a verdade, especialmente o Brasil. Acho que somos, talvez pelo próprio ambiente político, a gente não consegue valorizar o tanto que nós fizemos e o quanto nós melhoramos nos principais fundamentos macroeconômicos. Mas acho que é um grande momento.

Eu quero já, antecipadamente, agradecer a vocês pela presença, não só por essa audiência, mas também pela seriedade com que vem acompanhando o País. Eu me lembro, a Lisa não falava muito português, e já em 2002 eu dizia que se nós ganhássemos as eleições nós íamos cumprir o que nós cumprimos. E cobrei isso dela recentemente, que nós honramos tudo que nós dissemos que íamos fazer e fizemos. Que não haveria populismo econômico e iríamos enfrentar a questão fiscal; que a estabilidade era um valor suprapartidário e fundamental para o Governo e para essa Nação; que as regras e contratos eram valores fundamentais para a democracia brasileira. E acho que hoje o País colhe esse amadurecimento, essa evolução bastante positiva. Que essa audiência mais do que apenas o reconhecimento do esforço que nós fizemos, sirva também como motivação para que o Congresso Nacional possa ter uma agenda positiva, construtiva, em torno desses pontos fundamentais para a vida da sociedade e para a evolução econômica do País. Muito obrigado a vocês. Agora para a conclusão eu peço bastante objetividade apesar de que foram muitas intervenções.

SRA. REGINA NUNES: Em primeiro lugar gostaria de agradecer novamente a presença de todos, agradecer a iniciativa do Senador Mercadante por nos convidar, dizer que realmente em 2002 nós conversamos com ele, mas acho que sempre conversamos desde que começamos a fazer o *rating* do Brasil. Portanto é uma construção

conjunta com os líderes do País, sejam de oposição ou não. Quando a gente fala de cenário político, por exemplo, nós estamos falando exatamente disso: qual é a governabilidade existente e como se vê tanto em situação como em posição quando se fala em democracia? Eu vou fazer uma pequena intervenção, espero que bem breve, para passar para a Lisa todas as perguntas. Se ela quiser me devolver alguma pergunta, eu falarei. Mas eu gostaria de responder a pergunta do Senador Garibaldi que foi muito delicado em ressaltar que somos três mulheres, claro a Senadora Rosalba e todas as mulheres aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas nas conversas comigo elas trazem homens também. Acho que é uma deferência à Comissão. Nos últimos 10 anos sempre tinha homem na conversa. Hoje foi uma deferência aqui.

SRA. REGINA NUNES: Na verdade é uma coincidência bastante engraçada que a nossa empresa tem uma maioria absoluta masculina, não é feminina. Mas hoje nos postos de liderança da empresa, principalmente na América Latina, existem muitas mulheres. Mas a Presidente Mundial também é uma mulher hoje. Então chega a ser meio engraçado, porque é predominantemente masculina ainda, mas existem muitas mulheres em poder de decisão. Até porque nós fazemos questão de não beneficiar nem mulheres nem homens. Nenhuma de nós quer ser beneficiada por ter nascido mulher, mas sim por ser bons profissionais. É isso que nós queremos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É a competência.

SRA. REGINA NUNES: E não queremos ser competentes e ser prejudicadas por sermos mulher. É uma coisa engraçada porque na Europa não é uma maioria e na América Latina é uma maioria feminina. Deveria talvez ser o oposto, mas não é. Gostaria de dizer que a formação acadêmica, principalmente na universidade, ela não é restrita a Economistas. Na verdade você precisa ter uma graduação e aí sim se especializar. Porque nós não fazemos exatamente o que um Economista faz. Nós fazemos a análise de risco de crédito, de capacidade de pagamento. Ela traz arte e ciência, como a Lisa falou. Economia é uma ciência que vem da filosofia, portanto tem muito de matemática, como o índice que o Senhor comentou que chamam de risco país do J.P. Morgan. É uma coisa absoluta, um número. Ele pode ser inteligente ou burro depende pra que lado você olha. Mas traz a parte da arte, aonde você olha todo o qualitativo e tem que trazer isso para uma conta e fazer com que tenha transparência. Então, na verdade você não precisa ser Economista, mas certamente tem que ter muitos conhecimentos de economia, de análise de risco e muito da parte social, porque tudo é reação. As ações econômicas não são por si só uma ciência que consegue se impor. Então, por exemplo, países onde você tem uma democracia, às vezes as coisas demoram mais tempo mas saem muito mais decididas pela sociedade. Portanto elas vêm para ficar. Mas não determinamos que apenas democracias possam estar com grau de

investimento ou com baixo risco; podem existir outros sistemas de Governo. A pobreza, como falou o Senador Suplicy, isso a Lisa vai se aprofundar pouco mais. Se você tiver toda capacidade de pagar sua dívida, até porque ela pode ser zero, é difícil dizer que você vai ter uma moratória numa dívida zero. Mas você não seria um *triple* A com pobreza. Talvez tivesse a capacidade de pagar sua dívida, mas não pode ser vulnerável. Então tem várias coisas que entram, e talvez a sensibilidade ajude, mas a gente acredita que muitos homens também a tem. E gostaria de passar a palavra para a Lisa para responder na seqüência as perguntas dos outros Senadores. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a Regina. Lisa.

SRA. LISA SCHINELLER: Muito obrigada. Em ordem. Olhamos, por exemplo, a carga tributária, sem dúvida. Olhamos a complexidade também da carga tributária. Por quê? Porque tem impacto sobre a competitividade do setor privado, tem impacto sobre o ritmo de crescimento. Tem impacto porque tem impacto sobre o ritmo e nível de investimento. Sem dúvida olhamos na composição, no tamanho da carga tributária. Por exemplo, existe uma discussão agora para uma melhora na composição. Essa discussão é uma forma, outra forma estava na Mesa no fim dos anos 90. Mas parece que essa discussão está um pouco mais ampla agora. Temos uma carga tributária ainda mais alta, e eu gosto de oportunidades. Mais e mais tem impacto. Por exemplo, não precisamos olhar um avanço. O *rating* pode avançar sem uma Reforma Tributária, por exemplo. Mas provavelmente pode... Por exemplo, uma reforma pode facilitar, por causa de uma melhora na qualidade no nível de investimento, por isso crescimento. Sem dúvida, olhamos as reformas, reforma na área fiscal, por lado de gastos, por exemplo, por área tributária, a reforma no marco regulatório. Tudo isso pode ter um impacto sobre o *rating,* porque tem impacto sobre o ambiente para inversão. Achamos que um avanço nessa área pode ser importante porque é muito importante para o setor privado, para a competitividade do País enfrentar outros países no mercado global. A pergunta sobre o ambiente global. Sem dúvida, últimos anos antes do fantástico, é mais fácil colher os benefícios num ambiente no mundo como esse. O *rating* precisa olhar na frente, ao longo dos ciclos. Por exemplo, temos uma perspectiva positiva. O mundo global, o mundo pode crescer um pouco mais no ano que vem, um pouco menos no ano que vem, por exemplo, algum ano precisamos ter um ajuste. Mas, se as vulnerabilidades do Brasil são menores, menos dívida externa. Tivemos uma mudança fantástica na área externa. Agora o Brasil é completamente diferente do que no passado. Empresas têm menor dívida externa. Em geral, tem base de exportações maior. Ainda pequena, mas maior do que no passado. Essa combinação implica menos vulnerabilidade ou choque global. Dívida do Governo agora menor, mais alta que outros países com *ratings* acima, mas menor com o passado e com uma política pragmática por todos os partidos em

geral continuar reduzindo esse tipo de vulnerabilidade tem peso na nossa avaliação. Quando existe um choque, o país, o Governo, tem uma base melhor para enfrentar esse choque. A composição da dívida interna muito menos vulnerável hoje do que no passado. Sem dúvida, o ritmo de crescimento da economia pode ser impactada. A taxa de juros depende, mas o impacto sobre a economia, o impacto sobre as contas externas, provavelmente no futuro vai ser menor. Por isso a nossa avaliação é melhor. Esse é vinculado à pergunta, a segunda pergunta. O quê pode piorar a situação do Brasil? Uma boa pergunta.

Tivemos recente muitas reuniões com o setor privado, mas também com setor público. Uma pergunta difícil, na realidade. Sem dúvida, um grande choque externo muito forte, uma queda no crescimento dos Estados Unidos, de China, um problema muito grande nos mercados de capitais em países, sem dúvida vai ter um impacto. Mas como eu disse, o impacto agora é menor do que no passado, mas pode implicar uma melhoria mais devagar, por exemplo, no futuro, nos indicadores do Brasil. Outra área, sem dúvida, se existe uma mudança no compromisso do Governo mesmo? Agora não é nossa expectativa. Temos perspectivas positivas, tudo isso, mas sem a política do Governo, outra vez estou falando um Governo, partidos no Congresso, governos estaduais, federais, municipais. Se existe uma mudança no compromisso, nas instituições que já não são perspectiva, pode ter, sem dúvida vai ter implicações para o *rating*. Esse é um exemplo de um choque interno, mas também um choque externo, dois exemplos. Perfil da dívida doméstica é muito importante, como eu disse. Com mais profundidade no mercado local que acompanhe baixo nível de inflação, o Governo pode pagar um nível de juros menor, mais longo prazo, tudo isso. Um perfil da dívida doméstica implica mais instabilidade nas contas fiscais. Exemplo, em 2001, 2002, quando tivemos uma porcentagem de títulos indexados ao dólar, também títulos indexados ao SELIC muito grande, o que passou? Como um choque externo, com mudança na taxa de juros, taxa de câmbio, olhamos um incremento muito forte de dívida PIB, um aumento muito forte no resultado nominal do Governo, uma deterioração das contas fiscais com implicações para mais um esforço no futuro para reverter essa tendência. Agora, com um perfil da dívida doméstica melhor, um impacto de um choque vai ser menor também. Mais estabilidade e mais previsibilidade no desempenho das contas fiscais, nas balanças fiscais, nos resultados nominais no futuro. A pergunta sobre pênalti gol. Acho que é muito importante. Se olharmos a página 15, eu fiz uma coisa vinculada a essa. O País está perto do grau de investimento, mas não tem. A meta não está atingida. Se você olha o caso do México, mas também o caso da Índia, no passado, em 93 México teve *double* B, mas com perspectiva positiva, mesmo com o Brasil longe, mas uma combinação, uma fraqueza. Tivemos o *Tequila Crisis*, depois mudamos o *rating* e precisamos mais anos, 7, 6 anos para chegar a grau de investimento. Mesma coisa com Índia. Em 95 tivemos *double* B mais, com perspectiva positiva, mas

houve um choque e um ano depois, 99, fizemos outra mudança para estável e o *rating* e houve os dois casos. É preciso mais tempo para chegar a grau de investimento. Uma perspectiva positiva não garantia um *upgrade*. Depende do compromisso do Governo manter uma política para atingir um *upgrade*, nesse caso grau de investimento é com o tempo *triple* A também. Bom, influência externa. Acho que... Situação fiscal. Temos uma melhora, mas ainda é um ponto fraco para o Brasil em comparação com outros países com *ratings* acima do Brasil. As regras de leis, Lei de Responsabilidade Fiscal, os acordos com os Estados, a combinação dá previsibilidade à política fiscal. Muito importante. Existem pontos fracos como nível de gasto, e também nível de gasto baixo de investimento, tudo isso. Mas, o exemplo da Índia. Índia tem grau de investimento com dívida PIB quase 80. Por quê? Porque o *rating* reflete uma combinação de vulnerabilidades e pontos fortes. As contas externas da Índia, Índia é um credor externo, quase 20% credor. Setor público também setor privado. Também o ritmo de crescimento, 8%, implica que a carga da dívida não está comprimindo o ritmo de crescimento. Achamos que a carga da dívida aqui tem um impacto sobre o ritmo de crescimento no Brasil. Tem um gosto mais importante. Mas mais uma melhora na área fiscal, na estrutura institucional pode ter mais um impacto sobre ritmo de crescimento como impacto sobre dívida PIB, mas também para base de crescimento. E achamos que o nível de crescimento sustentável, e estamos falando sobre nível de crescimento sustentável, é melhor agora no Brasil do que no passado. Por quê? Temos 7 anos com uma política consistente na área macro, estabilidade macro, compromisso com baixo nível de inflação, tudo isso tem impacto sobre, sem dúvida, desigualdade e nível de pobreza. E olhamos, sem dúvida, para todos os países, porque tem impacto sobre a profundidade sobre o mercado local e o potencial e o apoio para uma política do Governo. Sem dúvida, a situação hoje tem espaço para mais uma melhora.

Mas temos uma melhora em comparação com o passado. Sou Economista e achamos que, mais ou menos, um nível de crescimento sustentável no Brasil 4, 4,5. Para mais um nível precisamos olhar mais uma melhora na carga tributária, na carga dívida, o custo Brasil e todas essas situações micro. Transparência, muito importante para nós e facilita nosso trabalho. Sem dúvida existe a transparência no Brasil, é impressionante em comparação com outros países. México, por exemplo, nas suas contas agora mais transparente. Mas antes da sua transparência específica, fizemos esse trabalho dentro da nossa casa. Também é a situação da Índia. Por exemplo, no caso do Brasil, antes da divulgação de todas as informações sobre a possibilidade e a montagem de esqueletos, eu fiz com o Ministério da Fazenda, com o setor privado, com o setor público, eu fiz um trabalho sobre isso. Porque temos uma avaliação sobre isso. Sem dúvida, agora quando falamos com o Governo e setor privado, mais informações facilita essa discussão. Mas antes dessa transparência fizemos uma avaliação também.

SRA. REGINA NUNES: Lisa, é muito importante frisar a todos que quanto maior a transparência, melhor sempre será a sua avaliação no seguinte sentido: tem uma coisa que analista de risco, acho que até chama de risco por isso. A única coisa que você penaliza brutalmente uma análise é quando você não sabe realmente o quanto seria aquilo. Então você é obrigado a ser negativo. Quando você tem o número, se ele é negativo ou se é positivo, ele faz o papel dele. Agora, um número mais positivo que eu tenha que chutar, eu vou chutar ele mais negativo. Um número negativo que eu não tenho certeza, eu vou triplicar esse risco, porque não tem como medi-lo. Então, a transparência é fundamental na evolução para qualquer análise de risco, e sempre será mais penalizado quem não tiver.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só aproveitar e fazer um parêntese. Queria elogiar a STANDARD & POOR´S, porque como faz análise de risco e cobra transparência das contas públicas, eu achava muito importante que as agências se colocassem de forma transparente através do Senado Federal. Quais são os critérios, quais são os argumentos, por que é que nós estamos classificados dessa forma ou não? E quero dizer que 2 outras agências a MOODY´S e a FIT(F) foram convidadas e não se depuseram a vir. E como elas também tem contrato com o Brasil e fazem análise cuja transparência é um valor fundamental, eu quero registrar aqui a minha insatisfação. Espero que elas revejam depois dessa experiência e se disponham, porque a Lisa e o pessoal estavam preocupados como é que seria a audiência. E eu disse que não. Que poderiam vir tranqüilamente que seria esse ambiente que nós estamos fazendo. E, no entanto, as duas outras agências não se depuseram a vir. Eu vou manter o convite publicamente, porque acho que a transparência é fundamental. Quem analisa os outros, tem que ter também a disposição de ser analisado. Quem classifica os outros, tem também que ter a disposição de ser classificado. Isso não pode ser uma relação unilateral impositiva, especialmente quando estamos falando de uma Nação.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): É um regime absoluto de mão dupla. Se as agências exigem transparência dos governos, é fundamental que elas por igual sejam transparentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A gente pode concordar ou discordar da análise e da classificação. Mas ela tem a obrigação, no meu ponto de vista institucional, para ter credibilidade, de chegar e colocar seus argumentos e sustentar sua opinião em relação à classificação do risco soberano. Feito o meu esclarecimento, agora para poder concluir mesmo.

SRA. LISA SCHINELLER: Gasto eficiente e nível de descentralização. Se olharmos o histórico da América Latina, a América Latina tem problemas com descentralização, no sentido de um problema para o desempenho das contas fiscais. Mesmo com o Brasil.

Mas agora com esse acordo entre governos e estados, muito melhor. Por ponto de vista de um Economista, sem dúvida, mais flexibilidade, por exemplo, do orçamento. Um orçamento mais pertinho das pessoas pode ser, e teoricamente, deve ser mais eficiente. E para nós é um *balancing act,* porque se olha o passado. Na América Latina olhamos... Tem os governos locais, capacidade técnica ou não para implementar várias políticas. Achamos que com o apoio de ONG´s, como do Governo Federal pode ter um benefício. Mas, outra vez, por nosso ponto de vista, paga de dívida, precisa ser numa maneira prudente fiscalmente. Taxa de câmbio, uma coisa muito complicada. Acho que temos que lembrar que como sou Economista, o nível de câmbio hoje reflete uma combinação de liquidez global e baixos juros em países desenvolvidos, também a situação do Brasil é a mesma. A melhora nas contas externas, a melhora nas contas fiscais implica um nível de taxa de câmbio melhor, mais forte do que no passado e com fluxos de comercial. Mas também, sem dúvida, o nível de juros que está girando ainda alto em comparação com outros países tem possibilidade de captar fluxo de capitais também. O nível agora reflete parte balança comercial e parte balança capital; para distinguir entre as duas realidades é difícil. Sem dúvida, qualquer nível de taxa de câmbio tem impacto sobre alguns setores, favorece alguns setores e prejudica outros. E achamos que outras políticas, por exemplo, custo Brasil, carga tributária, isso pode aliviar. Só acho que agora com essa melhora, com uma comparação com baixo nível de inflação pode olhar os pontos fracos em alguma economia. Também com um nível de taxa de câmbio mais realística, pode ser, não exatamente, os mercados muito difíceis. Mas com um nível de taxa de câmbio mais parecido, que mais reflete a melhora nos fundamentos do Brasil pode olhar outros pontos fracos da economia também mais claramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, eu queria agradecer a Lisa, a Milena, que entre outras virtudes é Economista formada pela UNICAMP, e também agradecer a Regina que entre outras virtudes é Paulista. E agradecer a Lisa, essa brasileira que ainda tem um leve sotaque nova-iorquino, mas que cada vez está cada vez dominando melhor o idioma e as informações. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu queria apenas perguntar à Lisa, eu gostaria muito, se ela tiver, não precisa ser agora, conhecer a situação da Previdência no México, na Rússia, conhecer a dívida das províncias mexicanas. Se você tem esses dados. Conhecer a dívida de províncias da Índia. Se esses dados todos... Porque às vezes acho que o Brasil está sendo vítima das suas virtudes. Ele está tendo uma contabilidade tão transparente que está tendo dificuldade de outros países cuja contabilidade não tem nenhuma transparência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só espero que V.Exª. não peça também as contas da previdência da China, porque o último que pediu teve problemas com o Estado Chinês lá. Agradeço muito a presença de vocês e, evidente, depois você pode encaminhar essas informações para o Senador Dornelles. Foi muito oportuna a audiência, acho que muito--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 02:12:58: O Dornelles não vai ter problemas porque o Partido Progressista não tem dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu espero que brevemente a gente possa ter uma outra audiência para reavaliar a melhora da classificação do Brasil. E em relação às outras agências o convite é público e permanece por parte dessa Comissão. Agradeço a vocês, foi uma excelente oportunidade, suspendo por um minuto para podermos nos despedir.

Sessão suspensa às 11h46.

Sessão iniciada às 11h47.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos retomar agora. Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião de Assuntos Econômicos Extraordinária. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal. Nós vamos iniciar com o item 01 da pauta como havia sido acordado na nossa última Reunião Ordinária, é o Projeto de Lei do Senado nº. 27/2005 terminativo. Insere o inciso no Art. 12 da Lei 9.250/95 para incluir a dedução de doações de livros em bibliotecas públicas no cálculo de Imposto de Renda de pessoas físicas. Autoria do Senador Roberto Saturnino, Relator é o nobre Senador Edison Lobão. Pela Ordem, o líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A matéria como bem disse V.Exª. é terminativa. Portanto teremos que ter uma votação nominal. Eu proporia que o Senador Edison Lobão pudesse apresentar a matéria, nós discutimos e encerraríamos a discussão, não votaríamos, para não arriscar o *quorum* e partiríamos para alguns itens que são consenso e que não tem nenhum tipo de problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão está de acordo?

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Inteiramente de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por favor, então a leitura do seu parecer, item 01.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Sr. Presidente, o Projeto é muito simples. Compõe-se de dois artigos. O primeiro estabelece as contribuições aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como as feitas mediante doação de livros adquiridos pela contribuinte às bibliotecas públicas, até a data limite de entrega da declaração de ajuste. No § 3º, se declara: "No caso da doação de livros a que se refere o Inciso I, além do comprovante emitido pela biblioteca pública beneficiada, caberá ao contribuinte conservar por cinco anos a disposição da fiscalização as notas fiscais correspondentes à aquisição dos títulos doados". Sr. Presidente, o meu parecer é favorável com Emendas que apresentei e que acato. A primeira Emenda diz o seguinte: "Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado 27 a seguinte redação:" Altera a Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95 para incluir a doação de livros a bibliotecas públicas, feitas até a data limite da entrega da declaração de ajuste, entre as hipóteses de dedução no valor do Imposto de Renda devido ". A Emenda nº. 02. Art. 12, 8º." As doações de livros adquiridos pelo contribuinte feitas a bibliotecas públicas até a data limite de entrega da declaração de ajuste. § 4º: No caso do Inciso VIII, somente serão admitidas deduções comprovadas por recibos fornecidos pela biblioteca pública beneficiada, acompanhado de nota fiscal de aquisição do livro doado, emitida em nome do contribuinte ". Isto é, eu procuro dar uma amarração maior à declaração de desconto de modo a que o beneficiário somente o seja na medida em que apresente o documento comprobatório da doação à biblioteca. A Emenda nº. 03 refere-se ao Art. 22:" A soma das deduções a que se refere os Incisos I, II, III, e VIII do Art. 12 da Lei 9.250 fica limitada a 6% do valor do imposto devido, não sendo aplicados limites específicos a quaisquer dessas deduções ". Ou seja, não pode ultrapassar os 6%. Estas são as alterações propostas e aceitas pelo Relator".

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, como sugestão do Senador Romero Jucá, nós passaremos ao segundo item.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu solicitaria o item 07, que o Relator também é o Senador Edison Lobão, e não terminativo. Portanto, poderíamos avançar nessa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Então... Item 07, Projeto de Lei do Senado, não terminativo nº. 320/2005. Autoria Senador Papaléo Paes e Relator Senador Edison Lobão, que se puder nos fazer, mais uma vez, o favor de ler o seu Relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sucintamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Com a palavra o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Srª. Presidente, este Projeto altera a Lei 7.797/89 que cria o Fundo Nacional do Meio ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos cuja área de atuação esteja em municípios das regiões centro-oeste, nordeste e norte, que possuam parte de seu território dentro dos parques nacionais. Esse Projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle. Ou seja, há um cuidado muito grande na Mesa do Senado Federal em relação a ele. E também à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a última decisão terminativa na CAE. Sem que fossem apresentadas Emendas no prazo regimental, foi designado Relator o Senador Aelton Freitas, que apresentou em 12 de outubro de 2005, Minuta de Relatório pela aprovação. O Projeto visa alterar a Lei a que me referi e cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente. Essa proposição atende aos requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional. O meu parecer, Srª. Presidente, o meu voto é no sentido da aprovação do referido Projeto com a seguinte Emenda: "Art. 1º - O § 2º do Art. 5ª da Lei 7.797 passa a viger com a seguinte redação - § 2º: Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação Município das regiões centro-oeste, nordeste e norte, que tenham parte do seu território dentro de parques nacionais e cujo índice de desenvolvimento humano seja inferior ao índice de desenvolvimento humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível". Este é o voto, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, nós colocaremos em votação com a Emenda do Senador Lobão. Com parecer favorável. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto. Como todos os projetos... Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Srª. Presidente, tendo em vista que a maioria dos projetos é terminativa e a Relatora, inclusive, muitos deles não se encontram presentes, é notório a falta de *quorum*, eu solicitaria que fosse encerrada a Sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Bom, eu acho [interrupção no áudio]... Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu concordo com o líder do Governo, não temos Relatores, não temos como votar. Mas queria expressar a minha tristeza. Porque há projetos na pauta que são relevantes. Por exemplo, há um Projeto que apresento aqui e já está

em discussão há dois anos, que trata de um assunto importante, Presidente Patrícia Saboya. Vou explicar para a Senhora em um minuto. É que os Estados estão endividados com precatórios alimentícios. Ou seja, são pessoas pobres que não estão recebendo aquilo que a Justiça determinou que o Estado lhes pagasse. O meu Estado, por exemplo, com esses tiroteios que existe nas comunidades carentes, há muitas pessoas inocentes que foram baleadas. Alguns ficaram tetraplégicos. Receberam da Justiça uma indenização de três mil, quatro mil, cinco mil reais para ter uma enfermeira na sua casinha, um colchão de plástico inflável, com água, colchão de água, remédios, alguns precisam de oxigênio. O Estado não paga precatórios. São Paulo deve dez bilhões de reais, o Rio deve outros bilhões de reais, mas gastam dinheiro com publicidade. Publicidade que visa mostrar os atos do Governo, das obras, empreendimentos... Ora, o Projeto é para que nós usemos a vaidade, diria até a ganância eleitoral, de determinados governantes para aproveitar e pagar precatórios. Quer fazer a publicidade do Governo? Faça, mas tem que ser no mesmo nível de pagamento de precatório. Quer gastar cinco milhões, dez milhões, cem milhões - como foi o Estado do Rio de Janeiro no ano passado, gastamos 110 milhões em publicidade - tudo bem, gaste, mas gaste 110 milhões também pagando precatórios alimentícios para essas famílias pobres que estão morrendo sem ter a sentença da Justiça cumprida. Infelizmente tem até um parecer do Senador Romeu Tuma e não vamos poder votar hoje, Presidente, e eu quero lamentar isso aqui. Muito obrigado pelo espaço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Pois não, Senador Marcelo Crivella. Em função da Audiência Pública houve um esvaziamento em função da hora. Mas como a Comissão de Assuntos Econômicos tem se reunido todas as terças-feiras e não tem faltado *quorum* para deliberar, nós esperamos que na próxima Sessão V.Exª. tenha um Projeto de tanta importância sendo votado por essa Comissão. Eu gostaria de encerrar o item 01 da discussão e encerrar imediatamente essa Sessão. Obrigado a todos pela presença.

Sessão encerrada às 11h59.